



MPCDF

Proc.: 14080/18-e

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

PARECER: 729/2021–G3P

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 14080/2018-e

EMENTA: 1. REPRESENTAÇÕES DO SINDICATO DOS MÉDICOS VETERINÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL – SINDVET/DF. POSSÍVEIS ILEGALIDADES NO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 01/2018. **IMPLANTAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO HOSPITAL VETERINÁRIO PÚBLICO – HVEP. TERMO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO ENTRE A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CLÍNICOS VETERINÁRIOS DE PEQUENOS ANIMAIS – ANCLIVEPA/SP E O INSTITUTO BRASÍLIA AMBIENTAL – IBRAM. DECISÃO 1840/2019. IMPROCEDÊNCIA DA PRIMEIRA REPRESENTAÇÃO E PROCEDÊNCIA PARCIAL DA SEGUNDA. DETERMINAÇÕES AO IBRAM. OFÍCIOS NºS 4 E 11/2019-IBRAM/PRESI/UCI. DECISÃO Nº 3797/2019. CUMPRIMENTO PARCIAL. REITERAÇÃO. INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO IBRAM MEDIANTE O OFÍCIO Nº 2477/2019-IBRAM/PRESI. DECISÃO Nº 1117/2020. NOVA REITERAÇÃO PARA CUMPRIMENTO INTEGRAL DAS DETERMINAÇÕES DO TRIBUNAL. INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO JURISDICIONADO. DECISÃO Nº 863/2021. PARCIAL CUMPRIMENTO. DETERMINAÇÕES. ESCLARECIMENTO OFERTADOS POR MEIO DO OFÍCIO Nº 942/2021-IBRAM/PRESI E ANEXOS. NESTA FASE: ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES.**

2. **CORPO TÉCNICO SUGERE O CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES E O ARQUIVAMENTO DO FEITO.**

3. **DIVERGÊNCIA PARCIAL DO PARQUET DE CONTAS. CONSIDERAÇÕES SOBRE O DIREITO À DIGNIDADE E DIREITOS DOS ANIMAIS NÃO-HUMANOS E À NATUREZA. LIMITAÇÕES. AUTUAÇÃO DE PROCESSO EM APARTADO PARA ANÁLISE DA DESPESA, QUE MAJOROU 25% O VALOR DO AJUSTE.**

Versam os autos sobre o exame das representações formuladas pelo Sindicato dos Médicos Veterinários do Distrito Federal – Sindvet/DF (peças 3 e 29), a respeito de denúncia sobre possíveis ilegalidades no **Edital de Chamamento Público n.º 01/2018-IBRAM**, do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM, publicado no DODF de 31.01, tendo por objeto a implantação e operacionalização do Hospital Veterinário Público – HVEP, sendo celebrado **Termo de Colaboração n.º 1/2018** entre a **Associação Nacional de Clínicos**



MPCDF

Proc.: 14080/18-e

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

Veterinários de Pequenos Animais – ANCLIVEPA/SP, Organizações da Sociedade Civil (OSC) e o Instituto.

2. Os autos retornam ao MPCDF, após Decisão da Corte, a fim de analisar se foram cumpridas as determinações feitas, opinando-se afirmativamente e pelo arquivamento, propostas em relação às quais o MPCDF, com as vênias de estilo, diverge, parcialmente.

3. Assim, registro de início que atuo por substituição, a fim de ofertar o necessário parecer, por força do Despacho Singular n.º 437/2021–GCRR (peça 157).

4. Nessa toada, a presente peça processual discorrerá em primeiro sobre o reconhecimento da dignidade do direito dos animais não-humanos e suas limitações, para, após, contextualizar o Termo de Colaboração, em seus aspectos contábeis, orçamentários e financeiros, aludindo, por último, à fase atual, após derradeira decisão exarada nos autos.

DIGNIDADE E DIREITOS DOS ANIMAIS NÃO-HUMANOS E À NATUREZA.

5. O Poder Judiciário tem provocado ampla discussão a respeito. No STJ, RECURSO ESPECIAL Nº 1.797.175, o magistral voto do Ministro Og Fernandes abordou o conceito antropocêntrico e individualista de dignidade humana, para espriar a sua incidência também em face dos animais não humanos, bem como de todas as formas de vida em geral, à luz da matriz jusfilosófica biocêntrica (ou ecocêntrica), capaz de reconhecer a teia da vida que permeia as relações entre ser humano e natureza.

6. E, assim, com base em valiosa doutrina, conclama que se repense uma nova ética jurídica-fundamental em respeito à vida humana e não humana, contemplando outras formas de vida, como a dos animais, por exemplo, de modo que o foco não deve ser apenas o humano, mas a preservação de todas as formas de vida existentes no Planeta:

“Segundo a doutrina especializada, a própria ideia de um tratamento não cruel dos animais deve buscar o seu fundamento não mais na dignidade humana ou na compaixão humana, mas sim na própria dignidade inerente às existências dos animais não humanos.

(...)

É necessário repensar uma nova racionalidade – distinta da lógica hegemonicamente traçada e reproduzida nas instâncias ordinárias –, de maneira que se possa impulsionar o Estado e a Sociedade a pensarem de forma distinta dos padrões jurídicos postos.

(...)

Sendo assim, torna-se essencial refletir, no bojo do ordenamento jurídico, em busca de caminhos para o amadurecimento da problemática e a concretização da dignidade dos animais não humanos, reconhecendo os respectivos direitos e ocasionando mudança na forma como as pessoas convivem entre si e com os demais animais não humanos”.



MPCDF

Proc.: 14080/18-e

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

7. De outra parte, são inúmeras as decisões do STF, reconhecendo o valor inerente a outras formas de vida não humanas, protegendo-as contra abusos: ADPF 640, ADIn n. 2.514-7/SC etc.
8. Essa questão é relevante, mas precisa ser bem delineada diante da afirmação na página do Ibram, que responde à seguinte pergunta¹:

Por que um Hospital Veterinário Público?

“(...) os animais domésticos são tutelados pelo Estado [NÃO SE ENCONTRA ONDE ESTÁ PREVISTO ESSE DEVER DE TUTELA] e sua proteção é assegurada pelo art. 225 da Constituição Federal [NOS TERMOS DA LEI²], assim como pelo artigo 32 da Lei de Crimes Ambientais (no 9605/1998)³ Ainda, a Lei Distrital no 4060/07 estabelece em seu art. 3º, inciso V, que é considerado maus-tratos deixar de prestar assistência veterinária a animal doente, ferido, extenuado ou mutilado⁴. Logo, a disponibilidade de serviços públicos veterinários é essencial, tendo como principal objetivo o atendimento com dignidade e respeito, de modo gratuito e universal⁵” [INFERÊNCIA LÓGICA DA QUAL DISCORDA ESTE MPCDF].

9. É que, como já decidiu o Poder Judiciário⁶, o Estado não é obrigado a custear atendimento a animais de estimação. Vejamos:

¹ <https://www.ibram.df.gov.br/por-que-um-hospital-veterinario-publico/>.

² Com relação aos animais, a CF afirma que incumbe ao Poder Público VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, **na forma da lei**, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade (art. 225, parágrafo 1º). Em acréscimo, a Lei Orgânica do DF, no Capítulo da Política Agrícola, trata da incumbência estatal de efetivar um sistema de defesa sanitária animal e vegetal.

³ Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa. § 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos. [\(Vide ADPF 640\)](#) § 1º-A Quando se tratar de cão ou gato, a pena para as condutas descritas no **caput** deste artigo será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda. [\(Incluído pela Lei nº 14.064, de 2020\)](#) § 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal. **A esse respeito:** Art. 5º - Consideram-se maus tratos: (...) IV - abandonar animais; a) deixar o **tutor ou responsável** de buscar assistência medico-veterinária ou zootécnica quando necessária (RESOLUÇÃO Nº 1.236, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018).

⁴ Deve-se ler, **também, Lei 6142/18** (Deputado Delmasso), segundo a qual, sim, entendem-se por **maus-tratos atos que atentem contra a liberdade psicológica, comportamental, fisiológica, sanitária e ambiental dos animais, tais como: deixar de ministrar ao animal tudo o que humanitariamente lhe possa prover, inclusive assistência veterinária**. Todo aquele que, por ação ou omissão, concorra para a prática de maus-tratos a animais, verificada em local público ou privado, seja ou não o infrator o respectivo proprietário ou tutor, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, inclusive detentor de função pública, responde pelo descumprimento do disposto nesta Lei, sem prejuízo de outras cominações legais. São **solidariamente responsáveis pelas infrações relacionadas a maus-tratos os proprietários ou tutores de animais e os que os tenham sob a sua guarda ou uso**, independentemente das demais obrigações nas esferas civil e criminal.

⁵ **Quando a Constituição Federal quis, aluiu expressamente à universalidade** (como no SUS) **e à gratuidade** (como na educação, arts, 206 e 208; creche e pré-escola, art. 7º, XXV assistência judiciária gratuita, registros, certidões, ações (art. 5º, LXXXVI, LXXXVII, LXXXVIII e 134); celebração gratuita (art. 226); transporte coletivo aos idosos (art. 230, parágrafo 2º), etc. Na Lei Orgânica do DF, por exemplo, sepultamentos (Art 218, II, b); transporte coletivo (art. 272, II e 339).

⁶ <https://www.conjur.com.br/2013-mar-04/animal-estimacao-nao-direito-tratamento-custeadado-estado>



MPCDF

Proc.: 14080/18-e

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

“(...) a autora objetiva com o ajuizamento da presente ação cautelar a avaliação médica veterinária de seu animal de estimação, bem como tratamento medicamentoso e eventual intervenção cirúrgica, a ser custeada pelo ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, tendo o em. Juízo “a quo” extinguido o feito por impossibilidade jurídica do pedido...

(...) conforme apontado pelo Juízo de 1º Grau, inaplicável ao caso o disposto nos artigos 6º e 196 da CF, pois sabidamente destinados à pessoa humana, não procedendo a fundamentação da autora no ponto, quando pretende a aplicação desses dispositivos para a proteção de animal de estimação, uma vez que os animais já são destinatários de tutela específica de proteção, nos termos do 225, §1º, VIII, Constituição Federal...

(...) conforme bem pontuado pela Ilustre Dr.^a Simone Mariano Rocha, no parecer exarado pelo Ministério Público nesta Corte, “(...) não se pode perder de vista que o Estado encontra obstáculos materiais à implementação da integralidade dos axiomas que reconheceu em sede constitucional, encontrando-se deficitário em várias áreas ainda mais prementes, notadamente relacionadas à garantia da vida e saúde humana. Desse modo, no que tange à tutela direcionada à fauna, não se verifica razoável, a prestação pelo Estado de cuidados específicos a todo e qualquer animal de estimação que esteja a necessitar de tratamento médico veterinário. Tal imposição não encontra legislação que a ampare. Nesse contexto, ao Estado, considerando a atual legislação infraconstitucional, se mostra exigível, no máximo, atuação para evitar e reprimir atos de crueldade, instrumentalizado muitas vezes por meio de guarda e assistência de animais em situações de risco, inexistindo, entretanto, obrigação legal quanto ao esgotamento das possibilidades de manutenção da vida e saúde de tais seres.”, fls. 35-verso e fl. 36.

Por conseguinte, não há como impor ao Estado o custeio do tratamento veterinário postulado na inicial, ressaltando-se a possibilidade de demandar o médico veterinário responsável pelo quadro clínico atual do animal.” (Grifos acrescidos)

10. Além disso, proposta legislativa de criação de hospital veterinário público no Município de Mauá foi considerada inconstitucional⁷, por vício de iniciativa, ocorrendo o trânsito em julgado em 04/03/2015.

⁷ **Processo nº 2194206-92.2014.8.26.0000, Requerente: Prefeito Municipal de Mauá.** http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Assessoria_Juridica/Controle_Constitucionalidade/ADIns_3_Parecer_es2014/TJ%20-%202194206-92.2014.8.26.0000%20-%20MAU%C3%81.

No DF, projeto de iniciativa parlamentar, dispõe sobre a instituição do serviço de Atendimento Móvel de Urgência Veterinário – SAMUPet para resgate e socorro de animais em logradouros e vias públicas do Distrito Federal e dá outras providências (Lei 6586/20, Deputado Roosevelt Vilela). Por semelhantes motivos, considerado inconstitucional: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/10/07/justica-suspende-lei-que-cria-samu-para-animais-no-df.ghtml>



MPCDF

Proc.: 14080/18-e

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

11. Essas questões chamam a atenção do MPCDF, visto que o atendimento público a *pets*⁸ não está condicionado, por lei (que, no DF, não se encontrou⁹), por exemplo, à hipossuficiência¹⁰ do tutor¹¹, como se exige, muitas vezes, do cidadão que recorre ao atendimento no SUS¹².

12. Isso quer dizer que, em que pese o caráter biocêntrico necessário a pautar a dignidade dos animais, isso não pode obrigar o Estado a se substituir a todo aquele que, espontaneamente, deseje tornar-se tutor de um animal de estimação¹³ ou à comunidade¹⁴, o que, por óbvio, está a exigir cuidados¹⁵, inclusive veterinários e responsabilidade¹⁶. Por isso, o dever estatal não pode ser exclusivo e deve ser pautado pelos princípios constitucionais da

⁸ <https://www.jornaldepaulinia.com.br/single-post/2020/10/01/voc%C3%AA-sabe-qual-a-origem-da-palavra-pet>

⁹ Compulsando o site da CLDF encontram-se apenas: **LEI Nº 2.199**, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1998, (Autoria do Projeto: Deputado Renato Rainha), Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos médicos, odontológicos, veterinários e congêneres disporem de equipamento para descarte seguro de agulhas injetáveis usadas; e **LEI COMPLEMENTAR Nº 984**, DE 18 DE MARÇO DE 2021 (Autoria do Projeto: Deputado Delmasso), Conceitua e estabelece condições para o funcionamento de estabelecimentos médico-veterinários de atendimento a animais de estimação de pequeno porte na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I, determinando as exigências mínimas para este fim, e dá outras providências.

¹⁰ **Existe atendimento preferencial?**

Serão **priorizadas** famílias de baixa renda ou inscritas em programas sociais locais ou federais, além dos que estão na Zoonose e em abrigos da cidade.

<https://www.sema.df.gov.br/hospital-veterinario-publico-de-brasilia/>

¹¹ Em preferência à palavra “dono”: <https://caasegatos.com.br/dono-ou-tutor-qual-termo-deve-ser-empregado-a-quem-possui-pets/>.

¹² Não há posição do STF fechada sobre o atendimento no SUS ser restrito, apenas, aos hipossuficientes (<https://emporiadodireito.com.br/leitura/nova-posicao-sobre-a-hipossuficiencia-financeira-na-judicializacao-da-saude-por-clenio-jair-schulze>). Isso porque, **a CF garante o acesso universal** (Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação), e **a Lei Orgânica do SUS preconiza o atendimento gratuito** (Art. 43. **A gratuidade das ações e serviços de saúde** fica preservada nos serviços públicos contratados, ressalvando-se as cláusulas dos contratos ou convênios estabelecidos com as entidades privadas), assim como a Lei Orgânica do DF (Art. 205, V). **Sobre a hipossuficiência nos julgados do STF**, votaram aludindo a hipossuficiência como um dos critérios à dispensação o ministro Alexandre de Moraes; ministro Luís Roberto Barroso, ministro Ricardo Lewandowski e as ministras Rosa Weber, Cármen Lúcia. Por seu turno, o ministro Marco Aurélio, relator, apresentou a seguinte tese: “O reconhecimento do direito individual ao fornecimento, pelo Estado, de medicamento de alto custo, não incluído em Política Nacional de Medicamentos ou em Programa de Medicamentos de Dispensação em Caráter Excepcional, constante de rol dos aprovados, depende da demonstração da imprescindibilidade - adequação e necessidade -, da impossibilidade de substituição do fármaco e da **incapacidade financeira do enfermo e da falta de espontaneidade dos membros da família solidária em custeá-lo**, respeitadas as disposições sobre alimentos dos artigos 1.694 a 1.710 do Código Civil, e assegurado o direito de regresso”. (<https://www.migalhas.com.br/quentes/321544/estado-deve-fornecer-remedio-fora-da-lista-do-sus-em-caso-excepcional-decide-supremo>): RE 566471.

¹³ Numa dimensão mais ampla, poderia questionar-se o dever do mesmo Estado de manter a alimentação básica desses animais (LEI Nº 6.723, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2020 (Autoria do Projeto: Deputado Daniel Donizet, Institui, no Distrito Federal, o Programa Banco de Ração e Utensílios para Animais e dá outras providências), cuidados com higiene, etc, sob pena de estar negando proteção à vida desses animais.

¹⁴ LEI Nº 6.612, DE 2 DE JUNHO DE 2020 (Autoria do Projeto: Deputado Daniel Donizet) Dispõe sobre animais comunitários no Distrito Federal e dá outras providências.

¹⁵ “Art. 3º **É de responsabilidade do proprietário, do responsável, do condutor ou do cuidador** a manutenção dos animais domésticos ou domesticados em perfeitas condições de alojamento, alimentação, **saúde** e bem-estar” (**Lei 6202/18**, Deputado Agacieli Maia).

¹⁶ Inclusive: “O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maiores” (art.936 do CCB).



MPCDF

Proc.: 14080/18-e

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

Administração Pública, inclusive sob pena de intervenção e desequilíbrio no exercício da atividade privada, de forma inconstitucional.

13. Visto isso, passa-se ao segundo item.

DO TERMO DE COLABORAÇÃO

14. Note-se que o Hospital¹⁷ foi inaugurado em 05 de abril de 2018¹⁸, localizado no Parque Lago do Cortado, em Taguatinga, possuindo 540 metros quadrados. Nos termos da Cláusula Segunda do Termo de Colaboração nº 1/2018, o valor global dos recursos públicos da parceria foi fixado em R\$ 12.000.000,00 (Doze milhões de reais)¹⁹, sendo previsto no Plano de Trabalho, aprovado para o ano de 2018, orçamento anual de R\$ 1.000.000,00, conforme Nota de Empenho nº 2018NE00165, emitida em 26/03/2018, sob o evento nº 400091, na modalidade GLOBAL. Frise-se que a despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária (Cláusula 2.2):

I - Unidade Orçamentária: 21208

II - Programa de Trabalho: 18.542.6210.2536.0001

III - Natureza da Despesa: 33.50.41

IV - Fontes de Recursos: 100, 157, 220

15. Conforme notícia veiculada na imprensa²⁰, “o maior dos seis galpões da unidade [...] custou R\$ 620,6 mil”, e o investimento total do prédio onde funciona do Hospital Veterinário público foi estimado em “R\$ 2,3 milhões, feito por meio de compensação ambiental, valor que será pago pela Direcional Engenharia”.

16. Atualmente, a Associação Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais - ANCLIVEPA-SP gere o hospital a um **custo de R\$ 3.934.738,24 ao ano**²¹. Ao todo, **já recebeu a vultosa quantia de R\$ 14.827.195,71**, conforme tabela a seguir:

¹⁷ <https://www.cl.df.gov.br/-/animais-sofrem-com-abandono-maus-tratos-e-falta-de-politicas-publicas>. Em 2013, a CLDF debateu a importância de se criar o Hospital Veterinário do DF, bem como unidades móveis de atendimento – com política de esterilização.

¹⁸ <https://www.metropoles.com/distrito-federal/hospital-veterinario-publico-do-df-so-tem-verba-para-funcionar-10-dias> Localizado no Parque Lago do Cortado, em Taguatinga, o Hospital Veterinário Público (Hvpe), que em abril [2019] completou um ano de funcionamento, é resultado de uma parceria do Brasília Ambiental (antigo Ibram) com a Associação Nacional dos Clínicos Veterinários de Pequenos Animais (Anclivepa).

¹⁹ Processo SEI 391003419/2018 e-DocBD42AC19 – págs. 1 e 2. 2.3 - A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I - Unidade Orçamentária: 21208; II - Programa de Trabalho: 18.542.6210.2536.0001; III - Natureza da Despesa: 33.50.41; IV - Fontes de Recursos: 100 (ordinário não vinculado), 157 (Compensação pela utilização de recursos minerais), 220 (diretamente arrecadados).

²⁰ <https://brasiliadefato.com.br/grandebrasil/2016/10/primeiro-hospital-veterinario-publico-do-df-ainda-nao-funciona/>

²¹ Portal da Transparência DF.



MPCDF

Proc.: 14080/18-e

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA PROCURADORIA

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E REC. HÍDRICOS DO DF			
CREDOR: ASSOCIACAO NAC. DE CLINICOS VET. DE PEQ. ANIMAIS (cnpj: 45.877.305/0001-14). PROCESSO Nº 00391-0000012700/2017-19			
PROGRAMA DE TRABALHO E FONTE DE RECURSOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	R\$ 1,00 TOTAL PAGO
2018	3.020.000,00	3.020.000,00	3.020.000,00
SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA--DISTRITO FEDERAL	3.020.000,00	3.020.000,00	3.020.000,00
DIRETAMENTE ARRECADADOS	570.000,00	570.000,00	570.000,00
ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	2.450.000,00	2.450.000,00	2.450.000,00
2019	3.920.640,47	3.920.640,47	3.920.640,47
SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA--DISTRITO FEDERAL	1.602.905,47	1.602.905,47	1.602.905,47
COMPENSAÇÃO PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	-	-	-
ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	1.602.905,47	1.602.905,47	1.602.905,47
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA--DISTRITO FEDERAL	300.000,00	300.000,00	300.000,00
ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	300.000,00	300.000,00	300.000,00
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-MANUTENÇÃO DA UNIDADE ITINERANTE DE CASTRAÇÃO GRATUITA DE CÃES E GATOS-CASTRAMÓVEL/PETMOVEL-DISTRITO FEDERAL	480.000,00	480.000,00	480.000,00
ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	480.000,00	480.000,00	480.000,00
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-MANUTENÇÃO DO HOSPITAL VETERINÁRIO PÚBLICO - HVET-DISTRITO FEDERAL	920.000,00	920.000,00	920.000,00
ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	920.000,00	920.000,00	920.000,00
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA - HOSPITAL PÚBLICO VETERINÁRIO- TAGUATINGA	400.000,00	400.000,00	400.000,00
ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	400.000,00	400.000,00	400.000,00
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-DISTRITO FEDERAL	217.735,00	217.735,00	217.735,00
DIRETAMENTE ARRECADADOS	175.697,00	175.697,00	175.697,00
ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	42.038,00	42.038,00	42.038,00
2020	3.951.817,00	3.951.817,00	3.951.817,00
MANUTENÇÃO DA UNIDADE ITINERANTE DE CASTRAÇÃO GRATUITA DE CÃES E GATOS - CASTRAMOVEL/PETMOVEL	500.000,00	500.000,00	500.000,00
ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	500.000,00	500.000,00	500.000,00
MANUTENÇÃO DO HOSPITAL VETERINÁRIO - HVET	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA--DISTRITO FEDERAL	289.000,00	289.000,00	289.000,00
ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	289.000,00	289.000,00	289.000,00
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-MANUTENÇÃO DA UNIDADE ITINERANTE DE CASTRAÇÃO GRATUITA DE CÃES E GATOS-CASTRAMÓVEL/PETMOVEL-DISTRITO FEDERAL	2.162.817,00	2.162.817,00	2.162.817,00
COMPENSAÇÃO PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	1.372.388,00	1.372.388,00	1.372.388,00
DIRETAMENTE ARRECADADOS	264.477,60	264.477,60	264.477,60
ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	525.951,40	525.951,40	525.951,40
2021	3.934.738,24	3.934.738,24	3.934.738,24
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA SANIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO DA FAUNA-MANUTENÇÃO DA UNIDADE ITINERANTE DE CASTRAÇÃO GRATUITA DE CÃES E GATOS-CASTRAMÓVEL/PETMOVEL-DISTRITO FEDERAL	3.934.738,24	3.934.738,24	3.934.738,24
ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	3.934.738,24	3.934.738,24	3.934.738,24
Total Geral	14.827.195,71	14.827.195,71	14.827.195,71

Fonte: Portal da Transparência do DF (Consulata Dinâmica); Consulta em 14/10/2021

17. Em 2018, denúncias informaram que o hospital ameaçava fechar as portas (<https://www.metropoles.com/distrito-federal/hospital-veterinario-publico-do-df-so-tem-verba-para-funcionar-10-dias>).

18. Entretanto, recentemente, há notícias de que o hospital dobrará o atendimento, sem qualquer referência aos custos de implementação dessa política²². Chama atenção o significativo aumento da previsão de despesas referentes às Etapas 1, 2 e 3, e Etapas 10, 11 e 12, indicado pela própria Associação no Termo de Colaboração, conforme se depreende das tabelas abaixo:

²² O investimento feito pelo GDF no hospital é de R\$ 235 mil a mais por mês no termo de colaboração de gestão do hospital, firmado com a Anclivepa. <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/01/4903219-hospital-veterinario-publico-dobrara-atendimentos-em-marco.html>



MPCDF

Proc.: 14080/18-e

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL TERCEIRA PROCURADORIA

11. PREVISÃO DE RECEITAS E DE DESPESAS

Para a execução do objeto, está previsto o repasse de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), para o período de 60 meses. Considerando que o orçamento público é anual, este plano de trabalho compreenderá as atividades previstas para o ano de 2018, cujo valor a ser repassado é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), que serão investidos da seguinte forma:

TIPO DE DESPESA	ETAPA 1	ETAPA 2	ETAPA 3
Infraestrutura	R\$ 20.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 5.000,00
Equipamentos/ Móveis Clínicos	R\$ 241.085,67	R\$ 72.117,07	R\$ 41.118,07
Mobiliário	R\$ 35.127,16	R\$ 24.979,47	R\$ 8.625,00
Medicamentos	R\$ 6.915,48	R\$ 6.915,48	R\$ 6.915,48
Material Médico Hospitalar	R\$ 7.478,25	R\$ 7.478,25	R\$ 7.478,25
Contratos Serviços	R\$ 9.100,00	R\$ 5.700,00	R\$ 5.700,00
Despesas Diversas	R\$ 595,63	R\$ 3.500,00	R\$ 3.083,79
Material Escritório	R\$ 1.000,00	R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00
Material Limpeza	R\$ 1.333,41	R\$ 1.333,41	R\$ 1.333,41
Despesas Administrativas	R\$ 1.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
Telefonia/Internet	R\$ 2.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00
Manutenção	R\$ 0,00	R\$ 4.550,33	R\$ 4.000,00
Recursos Humanos	R\$ 84.364,40	R\$ 189.926,00	R\$ 153.246,00
Água/Luz*	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 410.000,00	R\$ 340.000,00	R\$ 250.000,00

*Durante o ano de 2018 o IBRAM será responsável pelos custos de consumo de água e luz.

<file:///C:/Users/ccarlos/Downloads/processo0039100003419201868.pdf>

PREVISÃO DE RECEITAS E DE DESPESAS

Para a execução do objeto, está previsto o repasse de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), para o período de 60 meses.

TIPO DE DESPESA	Etapa 10 (1/12/20 a 31/3/21)	Etapa 11 (1/4/21 a 31/7/21)	Etapa 12 (1/8/21 a 30/11/21)
Recursos Humanos	R\$715.694,40	R\$1.405.653,08	R\$1.405.653,08
Infraestrutura	R\$16.000,00	R\$8.000,00	R\$8.000,00
Equipamentos/Móveis Clínicos	R\$60.000,00	R\$8.000,00	R\$8.000,00
Contratação de serviços	R\$55.656,00	R\$204.000,00	R\$204.000,00
Medicamentos/Materiais Médicos	R\$80.560,00	R\$325.716,04	R\$325.716,04
Material de Consumo	R\$124.000,00	R\$16.000,00	R\$16.000,00
Outras Despesas	R\$ 6.000,00	-	-
TOTAL	R\$1.057.910,40	R\$1.967.369,12	R\$1.967.369,12

<https://www.ibram.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Termo-de-colaboracao-HVEP-e-anexos-14.01.2021-merged-1.pdf>

19. Como se pode observar dos itens acima, especificamente no que toca aos “medicamentos e material médico hospitalar” das Etapas 1, 2 e 3, o valor total de cada uma é de R\$ 14.393,73 (R\$ 6.915,48 + 7.478,25); ao passo que os mesmos itens referentes às Etapas 10, 11 e 12, saltaram para significativos R\$ 80.560,00, na Etapa 10, e R\$ 325.716,04 nas Etapas 11 e 12, respectivamente.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

20. Ainda que se possa admitir eventual ampliação de atendimento aos animais ou mesmo aumento do preço dos medicamentos e materiais médicos, é preciso questionar a discrepância de tais valores, especialmente no interstício de menos de dois anos entre os referidos períodos, o que autoriza a necessária fiscalização do Termo de Cooperação *sub examine*, sobretudo quanto aos aspectos da regularidade contábil, orçamentária e financeira.

21. Ademais, são constantes as queixas relacionadas com a dificuldade de se obter atendimento²³.

DO CUMPRIMENTO DA DECISÃO 863/21

22. Por fim, passa-se à **Decisão nº 863/2021** (peça 102):

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I- tomar conhecimento dos esclarecimentos prestados pelo Instituto Brasília Ambiental – IBRAM no Ofício SEI-GDF nº 1183/2020 – IBRAM/PRESI (Peça nº 95) e anexos (Peça nºs 89 a 94); II- considerar, com relação à Decisão nº 1.117/2020: a) parcialmente atendido o item III.a; b) atendido o item III.b; **III - reiterar ao Instituto Brasília Ambiental – IBRAM o item III.a da Decisão nº 1.117/2020, para que adote medidas urgentes no sentido de sanar todas as pendências relativas ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, para a emissão da Carta de Habite-se do HVEP, dando ciência à Corte, no prazo de 60 (sessenta) dias, dos resultados alcançados; IV – determinar ao IBRAM que: a) no mesmo prazo assinalado no item anterior, informe a situação quanto à alteração de titularidade do endereço da unidade consumidora de energia elétrica para a Associação Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais – ANCLIVEPA-SP, bem como se existem faturas em aberto em nome do IBRAM, que sejam de responsabilidade da entidade parceira; b) remeta a este Tribunal, anualmente, em até 60 (sessenta) dias após o prazo legal para exame da documentação, a prestação de contas do Termo de Colaboração nº 1/2018; V – orientar o IBRAM para que, periodicamente, avalie os custos efetivos dos procedimentos realizados, ajustando as metas a serem alcançadas de acordo com os recursos públicos disponíveis, fazendo constar os resultados nos relatórios produzidos pelas Comissões de Gestão e Acompanhamento do Hospital Veterinário Público do Distrito Federal que compõem as prestações de contas da parceria firmada para operacionalização do HVEP; VI – autorizar: a) o envio de cópia da Informação nº 104/2020 - DIGEM2, do Parecer nº 95/2021 - GPDA, do relatório/voto do Relator e desta decisão ao IBRAM; b) o retorno dos autos à SEGEM, para as providências pertinentes.***

²³ Filas longas são frequentes no HPEV: “As pessoas madrugam para conseguirem atendimento para seus pets. (...) A primeira pessoa da fila chegou por volta das 02 horas da manhã”. A reportagem traz um caso de um tutor que procurou atendimento para o seu pet com tumor, mas não foi atendido até junho do corrente ano. No total, foram 07 vezes, tendo que madrugar, 02, 03 horas da manhã. A reportagem ainda exibiu uma tutora, cujo cachorro foi atropelado, tendo tentado 03 vezes o atendimento, de 06 às 16 horas, mas sempre era informado que não poderia ser feito o procedimento (<https://globoplay.globo.com/v/9631482/>).



MPCDF

Proc.: 14080/18-e

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

23. Em resposta ao *decisum*, o IBRAM encaminhou ao Tribunal os Ofícios nºs 924/2021-IBRAM/PRESI e 1426/2021-IBRAM/PRESI (peças 133 e 153) e documentos anexos (peças 105/132 e 134/152), com o intuito de atender às determinações do Plenário.

24. Ao examinar a manifestação, o Corpo Técnico, mediante a **Informação n.º 63/2021-DIGEM1** (peça 154), considerou atendidas as diligências insertas nos itens III e IV da Decisão nº 863/2021, sugerindo, assim, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações.

25. Ao final, sugeriu ao Tribunal:

I. conheça dos Ofícios nº 942/2021 – IBRAM/PRESI, de 14/05/2021 (peça 133), e anexos (peças 105/132), e nº 1426/2021, de 21/07/2021 (peça 153), e anexos (peças 133/152), ambos do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental (IBRAM/DF);

II. considere atendidas as diligências contidas nos itens III e IV da Decisão nº 863/2021;

III. autorize:

a) a ciência da decisão que vier a ser adotada ao IBRAM/DF com a disponibilização desta Informação, bem como do Relatório/VOTO, para conhecimento;

b) o retorno dos autos à Segem para arquivamento.

26. Neste momento, cumpre analisar se as informações do IBRAM suprem as determinações contidas nos itens III, IV e V da Decisão nº 863/2021 (peça 102).

Item III - reiterar ao Instituto Brasília Ambiental – IBRAM o item III.a da Decisão nº 1.117/2020, para que adote medidas urgentes no sentido de sanar todas as pendências relativas ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, para a emissão da Carta de Habite-se do HVEP, dando ciência à Corte, no prazo de 60 (sessenta) dias, dos resultados alcançados.

27. Sobre o item em questão, o IBRAM informou, via **Ofício nº 942/2021-IBRAM/PRESI** (peça 133), que, dos documentos pendentes para emissão do habite-se, restava apenas a realização de um novo laudo de vistoria do DF Legal. Afirma que tal procedimento foi realizado pelo referido Órgão em 13/01/2021, sendo apresentada nova exigência, consistente na apresentação de um Laudo Topográfico, acarretando o atraso na entrega da Carta de Habite-se.

28. Asseverou, ademais, que não existem pendências junto ao Corpo de Bombeiros Militar do DF, “*uma vez que em vistoria realizada em 13/01/2021, constatou-se que os ajustes nos sistemas de segurança contra incêndio e pânico constantes no projeto de proteção contra incêndio e pânico aprovados pela Diretoria de Estudos e Análise de Projetos foram devidamente executados*”. Informa que foram expedidos os seguintes documentos: (i) Parecer de Aprovação nº. 2020-2355-00 e (ii) Declaração de Aceite do CBMDF publicada no DODF.



MPCDF

Proc.: 14080/18-e

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

29. Em complementação às informações acima, o IBRAM, por meio do **Ofício nº 1426/2021-IBRAM/PRESI** (peça 153), acostou aos autos a **Carta de Habite-se** do Hospital Veterinário Público do Distrito Federal, emitida em 13 de julho de 2021, constante à peça 151.

30. O Corpo Técnico, ao examinar a manifestação do jurisdicionado, considerou atendidas as determinações da Corte, notadamente no que se refere ao item III da Decisão nº 863/2021, tendo em vista a demonstração de que foram adotadas medidas com vistas ao *“saneamento das pendências até então conhecidas e a vistoria do DF Legal; bem assim, quando tomou conhecimento da necessidade de apresentação do Laudo Topográfico, adotou as providências de pronto, além de ter noticiado os resultados alcançados no prazo estipulado, e ainda por ter obtido êxito na emissão da Carta de Habite-se do imóvel do HVEP”*.

31. O MPCDF, sem delongas, acompanha a conclusão apresentada pelo Corpo Técnico, uma vez que, de fato, o IBRAM adotou as medidas necessárias e adequadas com o escopo de cumprir as pendências relativas ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, tanto que obteve a almejada **Carta de Habite-se** do HVEP.

32. Assim, pode a Corte considerar cumprido o item III da Decisão nº 863/2021.

Item IV – determinar ao IBRAM que: a) no mesmo prazo assinalado no item anterior, informe a situação quanto à alteração de titularidade do endereço da unidade consumidora de energia elétrica para a Associação Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais – ANCLIVEPA-SP, bem como se existem faturas em aberto em nome do IBRAM, que sejam de responsabilidade da entidade parceira

33. No particular, disse o IBRAM que: *“Conforme conta de luz anexa (60666761), verifica-se que a titularidade da unidade consumidora de energia elétrica já consta em nome da ANCLIVEPA, sendo informado pela Comissão Gestora não existirem quaisquer faturas pendentes ou abertas em nome do Brasília Ambiental”*.

34. Com efeito, o documento constante à peça 110 refere-se à conta de luz do mês de janeiro de 2021, sendo possível constatar a apontada alteração de titularidade, conforme determinado pela Corte.

35. Desta feita, verifica-se que houve cumprimento do item acima, razão pela qual este MPCDF entende que pode o Plenário considerar atendido o item IV, “a”, da Decisão nº 863/2021.

Item IV – determinar ao IBRAM que: b) remeta a este Tribunal, anualmente, em até 60 (sessenta) dias após o prazo legal para exame da documentação, a prestação de contas do Termo de Colaboração nº 1/2018

36. Aqui, o IBRAM informou que a Comissão Gestora, após examinadas as contas anuais, as encaminhará tempestivamente à Corte de Contas.

37. Destacou, ainda, a apresentação das *“prestações de contas de 2018/2019 e 2019/2020 (60726186 e 60726477) com respectivos pareceres de aprovação (60726206 e 60726509) para ciência do TCDF”*.



MPCDF

Proc.: 14080/18-e

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

38. Sobre as prestações de contas em referência, cumpre destacar as seguintes considerações do Corpo Técnico:

(...)

19. *Compulsando as citadas PCA (peças 116 e 124), verificamos conterem (i) descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto, as metas alcançadas/resultados esperados no período de que trata a prestação de contas; (ii) registro do cumprimento do objeto; (iii) registro do cumprimento da contrapartida em bens/serviços; e (iv) pesquisa sobre o grau de satisfação do público-alvo, tudo conforme a exigência do art. 60 do Decreto distrital nº 37.843/20167, que regulamentou a aplicação da Lei Nacional nº 13.019/2014, dispondo sobre o regime jurídico das parcerias celebradas entre a Administração Pública distrital e as Organizações da Sociedade Civil no âmbito do Distrito Federal.*

20. *Em ambas as PCA, são descritas as ações desenvolvidas pela ANCLIVEPA-SP para “(...) garantir um atendimento adequado, para saúde e bem estar dos cães e gatos do Distrito Federal (...)”, tais como: “(...) serviços de consulta, cirurgias, exames laboratoriais, medicações e internação, de cães e gatos, vítimas de atropelamentos, doenças degenerativas, doenças parasitárias e contagiosas, transmissíveis ao homem ou não. (...)” (fl. 5, peça 116; e fl. 5, peça 124). Ademais, foram descritas as metas, bem assim consignados os resultados (4. Metas X Produção do HVEP – fls. 7/11, peça 116; e fls. 7/11, peça 124).*

(...)

23. *Também foram juntadas informações pertinentes ao grau de satisfação do público-alvo dos respectivos exercícios (fls. 16/21, peça 116; e fls. 19/24, peça 124).*

24. *No que tange aos Pareceres Técnicos, verificamos que abordaram (i) os impactos sociais das ações desenvolvidas (§§ 2º/4º - fls. 1/2, peça 117; e §§ 3º/6º - fls. 1/2, peça 125); (II) o grau de satisfação do público-alvo (§ 8º - fls. 3/4, peça 117; e § 17 - fl. 4, peça 125); e (iii) a possibilidade de sustentabilidade das ações que foram objeto da parceria (§§ 5º/7º - fls. 2/3, peça 117; e §§ 7º/16 - fls. 2/4, peça 125), tudo em conformidade com a exigência do art. 61, § 1º, do Decreto nº 37.843/20168.*

25. *No mérito, em ambos os Pareceres Técnicos, sobre a gestão 2018/2019 e sobre a gestão 2019/2020, houve atesto do cumprimento integral do objeto pactuado e recomendação de aprovação das contas do respectivo ano da parceria (fl. 4, peça 117; e fl. 5, peça 125).*

26. *Quanto às conclusões do Parecer sobre a PCA 2018/2019, a Comissão de Gestão do HVEP teceu apenas uma ressalva quanto à necessidade de que “(...) a OSC parceria deve apresentar um balanço de gastos de três meses de funcionamento no intuito de [se] avaliar, por amostragem das contas, a*



MPCDF

Proc.: 14080/18-e

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

necessidade de adequação dos valores do anexo do Plano de Trabalho, bem como, a complementação do Relatório de Profissionais apresentado. (...)” (fl. 4, peça 117).

27. Já nas conclusões do Parecer sobre a PCA 2019/2020, a Comissão ressaltou apenas que “(...) a OSC parceria deve finalizar a execução das ações da unidade móvel, em que pese a atual situação da pandemia de Covid-19. (...)” (fl. 5, peça 125).

28. Destacamos que as ressalvas não obstaram a conclusão pela aprovação das contas dos respectivos exercícios

39. Como se pode observar, o jurisdicionado alega que enviou a prestação de contas anuais relativas aos exercícios de 2018/2019 (peça 116) e 2019/2020 (peça 124) dentro do prazo legal e em observância às normas de regência²⁴, ambas analisadas e aprovadas pelo IBRAM, mediante os Pareceres Técnicos SEI-GDF nºs 3/2019 (peça 117) e 10/2020 (peça 125), concluindo “*que houve cumprimento integral do objeto pactuado e recomenda-se a aprovação das contas do segundo ano da parceria*”.

40. Nada obstante, referidas contas carecem de análise mais aprofundada por parte desta Corte de Contas, o que deverá ocorrer em autos próprios, a fim de que seja possível o exame acerca dos valores repassados à Associação. Vale destacar que, consoante o 5º Termo Aditivo²⁵ ao Termo de Colaboração nº 1/2018, firmado em 31/03/2021, houve suplementação de R\$ 3.000.000,00, passando o valor global dos recursos públicos para R\$ 15.000.000,00, o que, por si só, justifica o exame das contas em autos separados. Em que pese a manifestação conclusiva da Administração Públicas acerca das contas prestadas pelo Hospital, tal fato não obsta a atuação dos órgãos de controle, conforme dispõe a Cláusula 6.2.11²⁶ do Termo de Colaboração.

41. Conforme já demonstrado em linhas volvidas, mostrou-se significativo aumento das despesas com medicamentos e materiais médicos em relação às Etapas 1, 2 e 3 e Etapas 10, 11 e 12, sem que tais questões fossem analisadas de modo mais abrangente e específico, consoante dispõe o artigo 1º, inciso X, do RITCDF²⁷.

42. Em sendo assim, este **MPCDF**, em consonância com o Corpo Técnico, entende que o item em questão pode ser considerado atendido, nestes autos, mas é necessário que a matéria seja objeto de **fiscalização em autos próprios**, de modo a permitir o exame minudente do Termo de Colaboração, sobretudo diante das vultosas quantias repassadas à Associação Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais - ANCLIVEPA-SP, para a implementação do aludido termo.

²⁴ Lei 13.019/14 - Art. 49: Nas parcerias cuja duração exceda um ano, é obrigatória a prestação de contas ao término de cada exercício.

²⁵ <https://www.ibram.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Termo-de-colaboracao-HVEP-e-anexos-14.01.2021-merged-1.pdf> Fls. 135

²⁶ “permitir o livre acesso dos agentes do IBRAM, do controle interno e do Tribunal de Contas aos processos, aos documentos e às informações relacionadas à execução desta parceria, bem como aos locais de execução do objeto”.

²⁷ “fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados ao Distrito Federal ou pelo Distrito Federal, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, inclusive os fundos constitucionais”.



MPCDF

Proc.: 14080/18-e

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

Item V – orientar o IBRAM para que, periodicamente, avalie os custos efetivos dos procedimentos realizados, ajustando as metas a serem alcançadas de acordo com os recursos públicos disponíveis, fazendo constar os resultados nos relatórios produzidos pelas Comissões de Gestão e Acompanhamento do Hospital Veterinário Público do Distrito Federal que comporão as prestações de contas da parceria firmada para operacionalização do HVEP

43. Em relação ao item acima, o IBRAM sinalizou que irá cumprir o comando decisório, ao aduzir que *“as Comissões informaram que farão análises no sentido de identificar o momento adequado para a reavaliação periódica dos gastos inerentes ao funcionamento do hospital, de forma a garantir que os recursos repassados à OSC permaneçam sendo utilizados de maneira otimizada e garantam o atendimento do interesse público”*, propondo ainda que *“as avaliações sejam realizadas a cada dois anos”*.

44. Aqui, o MPCDF lamenta discordar, com as vênias de estilo, por tudo o que se discorreu no capítulo precedente. É que se faz necessário analisar a regularidade contábil, orçamentária e financeira dos recursos vertidos ao Hospital Veterinário Público, cujo aporte, como se viu, foi acrescido em 25%. É possível fazer mais com menos? Enfim, quantos veterinários e demais profissionais laboram no Hospital? Esse número é suficiente? Qual é a política salarial e de recrutamento adotadas? Quantos atendimentos ocorreram, cujos custos devem ser parametrizados? Como é feita a aquisição de medicamentos, insumos e equipamentos? São indagações relevantes para que a Corte possa analisar se a destinação de recursos públicos, para essa finalidade, atende aos requisitos de economicidade e legitimidade da despesa pública.

45. **Diante do exposto**, o Ministério Público de Contas **coaduna parcialmente** com as conclusões alcançadas pela Área Técnica, reforçando a necessidade de **fiscalização em autos próprios**, de modo a permitir o exame minudente do Termo de Colaboração nº 1/2018 e de seus pagamentos, que **já somam, aproximadamente, R\$ 15 milhões de reais**.

É o parecer.

Brasília, 15 de outubro de 2021.

Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira
Procuradora em substituição